

Turismo e o Patrimônio Imaterial da Vila de Paricatuba: ruínas que guardam história

Tourism and the Intangible Heritage of the Village of Paricatuba: the history in the ruins

Susy Rodrigues Simonetti¹

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar a relação entre os moradores da Vila de Paricatuba, seu patrimônio em ruínas e o turismo, por meio das representações sociais. Trata-se de uma pesquisa que utilizou a Teoria das Representações Sociais, de caráter qualitativo, com abordagem multimétodo, integrando ferramentas como a observação, a entrevista, o grupo focal e uma oficina participativa para o planejamento do turismo, junto aos moradores da Vila de Paricatuba, no interior do Amazonas. Observa-se que, sob o olhar dos sujeitos da pesquisa, de forma bastante dialética, há um contexto histórico ancorado em representações muito fortes de “doença” e de “histórias de vida” que conferem identidade àquela comunidade. Nesse sentido, é papel das políticas públicas, por meio dos órgãos vinculados ao turismo, articular e conciliar os diversos interesses no ordenamento desses espaços pelo e para o turismo.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo. Comunidade. Representações sociais.

Abstract

This article aims to show the relationship between the residents of Vila de Paricatuba, its heritage in ruins and the tourism, through social representations. It is a research that used the Social Representations Theory, of a qualitative nature, with a multi-method approach, integrating tools such as observation, interview, the focus group and a participatory workshop for tourism planning with the residents of Vila de Paricatuba, rural area of Amazonas. It's observed, under the eyes of the research subjects, in a very dialectical way, a historical context anchored in very strong representations of “disease” and “life histories” which gives identity to that community. In this sense, it's the role of public policies, through the organizations linked to tourism, to articulate and reconcile the various interests in the territorial planning of these spaces by and for tourism.

Keywords: Heritage. Tourism. Community. Social representation.

¹ Bacharela em Turismo. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM). Professora Adjunta do Curso de Turismo e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas (INPA). *E-mail:* ssimonetti@uea.edu.br

1 Introdução

A Vila de Paricatuba é um distrito do município de Iranduba, inserida nos limites de duas Áreas de Proteção Ambiental – APA, uma estadual e outra municipal, incorporando regiões com características socioeconômicas e de conservação muito distintas, o que dificulta o manejo desta unidade. A finalidade desta APA é conservar e preservar a diversidade biológica, frequentemente ameaçada pela exploração comercial; implementar ações que visem o desenvolvimento sustentável; e a manutenção da qualidade do meio ambiente.

Com a finalidade de conservar os recursos ambientais da Vila de Paricatuba, foi criada em 2001 uma Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e, por meio da declaração da Lei Orgânica do município, a Vila foi considerada como Área de Preservação Histórica e Ambiental. No dia 17 de novembro de 2015, por meio da Lei nº 4.260, a Vila de Paricatuba foi declarada, pela Assembleia Legislativa do Estado, Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Amazonas².

A Vila, parte central do Distrito, recebe muitos visitantes durante os finais de semana, cuja praia, em frente à comunidade, principalmente na vazante do rio Negro, transforma-se em uma opção de lazer e entretenimento. Ocorre ainda uma visitação esporádica de turistas brasileiros e estrangeiros, conduzidos por guias, para conhecer outro atrativo local: as ruínas de um prédio histórico, o “casarão”, assim denominado pelos moradores locais.

A formação da comunidade inicia a partir do retorno das pessoas a uma área onde havia sido construído o prédio Belisário Penna. Pensado, inicialmente, para abrigar imigrantes no final do século XIX, mais precisamente em 1898, o prédio público, hoje em ruínas, abrigou e isolou desde doentes com hanseníase até presidiários. Diante desse breve contexto, questiona-se: quais as representações sociais sobre o turismo dos moradores da comunidade relativas ao seu patrimônio em ruínas?

Este trabalho objetiva apresentar a história da Vila de Paricatuba, um lugar de afetividades e marcado por muitos estigmas, bem como discutir, como um prédio em ruínas se

² Art. 1.º Fica declarada como Patrimônio Histórico Imaterial do Estado do Amazonas a Vila de Paricatuba. Parágrafo único. Entendem-se como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais. Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

transformou em um atrativo turístico da região do rio Negro, no interior do Amazonas, por meio das representações sociais de seus moradores.

Há uma diversidade de trabalhos acadêmicos na região do Iranduba, e os temas relacionados à arqueologia, turismo, áreas protegidas contribuíram diretamente para este artigo. Dentre as pesquisas de mestrado nesta região, podem ser citadas as de Machado (2005), que estudou arqueologia; Leitão (2007) desenvolveu um estudo de caso relacionando ecoturismo e sustentabilidade social; e Silva (2008) identificou as percepções socioespaciais e de turismo na Vila de Paricatuba.

Uma pesquisa sobre a percepção da degradação ambiental no Iranduba foi desenvolvida por Conceição (2009); Cabral (2010) tratou das políticas de combate à lepra em Manaus entre 1921 e 1942 e envolveu a Vila de Paricatuba, resultando em uma rica fonte de pesquisa. Já Costa Novo (2011) pesquisou o turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (RMM), e o município do Iranduba fazem parte dela.

Dentre os resultados de teses de doutorado, três delas contribuíram significativamente para este estudo: a de Schweickardt (2009), sobre doenças tropicais e saneamento no Amazonas, tendo como *locus* a Vila de Paricatuba, a de Guimarães (2012), por desenvolver um trabalho sobre o turismo e o patrimônio arqueológico da região e a tese de Simonetti (2015), por abordar as representações sociais sobre turismo e lazer dos moradores de três comunidades ribeirinhas, sendo uma delas a Vila de Paricatuba.

Nesse sentido, este estudo é parte dos resultados desta última tese de doutorado, erigida à luz da Teoria das Representações Sociais, proposta originalmente por Moscovici (2011; 2012), reveladas sobre o turismo e o lazer na Vila de Paricatuba a partir de seus moradores, bem como de uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre o patrimônio em ruínas da comunidade.

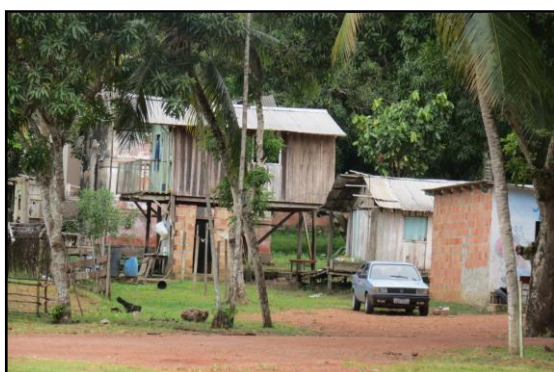
2 A comunidade de Paricatuba e o processo de investigação

A comunidade Vila de Paricatuba, distrito do Iranduba, está localizada a 21 km da cidade de Manaus, na margem direita do rio Negro. O acesso até a comunidade pode ser feito por via fluvial ou por via terrestre, este último por meio do ramal do Paricatuba com 10 km de extensão, totalmente pavimentado.

O distrito do Paricatuba, com uma população de aproximadamente 1.071 habitantes, é formado pelas seguintes comunidades: Nova Esperança, Bom Jesus, Fé em Deus, Lago do Mudo, Novo Israel, Cachoeira do Castanho e a Vila do Paricatuba. As ruínas do prédio Belisário Penna estão localizadas nesta última, cuja população local é de aproximadamente 675 habitantes e 171 grupos doméstico-familiares e onde a pesquisa foi desenvolvida. Os dados informados têm como fonte a Secretaria de Saúde do Distrito (2014).

As moradias (Figura 1) assemelham-se a sítios, nas quais pequenas criações de galinhas e patos circulam livremente nos quintais das casas ou soltos, atravessando a rua, além de ser possível ouvir o barulho dos barcos cruzando o rio Negro, que se estende bem em frente à comunidade. Carros, motos, pequenos caminhões trafegam pela Vila e, em frente ao edifício em ruínas, há o centro comunitário (Figura 2).

Figura 1 – As moradias da Vila



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Figura 2 – Centro comunitário



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Como em grande parte das comunidades do interior do Amazonas, há problemas com a coleta e a destinação dos resíduos sólidos. A telefonia fixa e móvel permite uma comunicação mais efetiva, ainda que nem sempre esse serviço funcione muito bem. Os moradores passaram a usufruir de energia elétrica a partir de 1997, e quanto ao fornecimento de água, um reservatório abastece as casas da Vila.

Por se tratar da maior comunidade do distrito, a Vila possui uma Unidade Básica de Saúde – UBS, uma escola municipal (educação infantil) e oferece ensino tecnológico para o ensino fundamental e de jovens e adultos. Esse é o contexto em que emergiram as representações sociais dos moradores.

Por compreender que a Representação Social, na acepção de Moscovici (2012), é um *corpus* organizado de conhecimento, as reações frente ao turismo são diversas e podem servir de referência para possíveis intervenções, bem como, são indicadores para as ações dos grupos que as produzem.

Para tanto, foram realizadas 12 visitas de campo na Vila de Paricatuba, foco da pesquisa e lugar onde estão as ruínas do antigo leprosário. Realizou-se um grupo focal do qual participaram 08 indivíduos moradores da Vila, todos adultos e se declararam comerciantes, funcionários do município (vigia, auxiliar de saúde), donos de restaurantes, aposentados, prestadores de serviços (pedreiro, cozinheira de barcos de turismo).

A estratégia para selecionar os sujeitos da pesquisa foi por indicação dos próprios participantes, um indicava o outro, fazendo com que as indicações dos primeiros participantes no estudo resultassem em outros membros da população com interesse em participar da pesquisa. Utilizou-se, para essa etapa, um método não probabilístico, semelhante ao *snowball*, baseado em Apolinário (2006).

Realizou-se ainda uma oficina de planejamento para o turismo de base comunitária, com a participação de 23 moradores, a qual ofereceu subsídios para a compreensão das atividades de turismo na comunidade. Com o intuito de conhecer melhor a história da formação da comunidade e das ruínas do leprosário, foram realizadas 02 entrevistas com duração de 50 min cada, com moradores que tiveram parentes internos no antigo leprosário. Outras 04 conversas foram registradas nas anotações de campo, realizadas com uma professora da escola, com uma auxiliar de saúde, com uma jovem estudante, com uma comerciante. Houve ainda uma conversa com um dos moradores mais antigos do Paricatuba, que atualmente está aposentado, mas foi interno do asilo-colônia.

Ao realizar as devidas aproximações metodológicas, este estudo integrou métodos e técnicas diferenciadas tais como a observação (não participante, sistemática e assistemática) a entrevista (individual), a realização de oficina participativa e o grupo focal (entrevista em grupo), validando construtos mediante uma perspectiva multimétodos.

3 A História da vila e das ruínas em Paricatuba

A Vila de Paricatuba abriga sítios arqueológicos com características importantes para a arqueologia da Região do Baixo Rio Negro, sugerindo uma longa cronologia de

ocupação da área. Com a implantação de um sistema hidráulico, que abriu valas pelas principais ruas e vielas da comunidade, foram identificados e coletados materiais cerâmicos e líticos. A área central do sítio arqueológico, onde estão localizados a escola, a igreja e o campo de futebol, perdeu parte do componente arqueológico pelo terraplenagem da área. (LIMA, 2009).

A história de formação da Vila está relacionada com a construção de um prédio que deveria ser uma hospedaria para receber imigrantes no final do século XIX, em 1898. (SIMONETTI *et al.*, 2016). De acordo com a historiadora Adriana Cabral (2010), por ordem do governador do Estado na época, Sr. José Cardoso Ramalho Júnior, uma hospedaria, com dinheiro dos cofres públicos, foi construída para receber imigrantes italianos.

O Jornal *Commercio do Amazonas* de 29 de julho de 1898 noticia que estariam assinados na Secretaria da Indústria os contratos para a construção da represa e obras complementares para abastecimento de água na hospedaria de imigrantes do Paricatuba, e autoriza entregar a planta da construção e a relação de utensílios necessários para as obras ao contratante. Em 26 de agosto do mesmo ano, o jornal noticia a autorização para a construção de parte da hospedaria (COMMERCIO DO AMAZONAS, 1898).

O prédio estava localizado a duas horas da cidade de Manaus, chegando-se ao local apenas de barco. Como a obra não foi finalizada e nunca abrigaram imigrantes, o governador seguinte, em 1903, indicou que mais recursos fossem empregados para finalizar a cobertura e limpar a área ao redor do prédio.

Em outubro de 1905, o governador Antonio Constantino Nery, por meio da Lei nº 487, ordena o término da construção para a instalação do Instituto Agrícola-Industrial do Amazonas (MESQUITA, 1999). A criação do instituto foi uma tentativa de promover o desenvolvimento da agricultura e da indústria pastoril do estado, bem como dar ocupação ao grande número de menores que perambulavam pelas ruas da cidade de Manaus (PESSOA, 2010).

O educandário formava meninos, preferencialmente indígenas, nas artes e ofícios, tais como marcenaria, sapataria, alfaiataria, horticultura, agricultura e indústria pastoril; a inauguração aconteceu no dia 27 de junho de 1906 e passou a denominar-se, oficialmente, Instituto Agrícola-Industrial Affonso Penna (CABRAL, 2010; MESQUITA, 1999). O internato masculino possuía a seguinte estrutura física: casa da diretoria, capela, secretaria, salas de aula, refeitórios, dormitórios, salas de banho, cozinhas, pátios para recreio, jardins e

outros espaços (PESSOA, 2010).

Dirigido por professores da Congregação do Espírito Santo, os espiritanos, o instituto atendia 50 alunos e a demanda os fez aumentar mais 30 vagas. No ano seguinte, também funcionou uma oficina de encanador e uma tipografia, além de aulas do curso primário, música, desenho, agricultura, exercícios e evoluções militares; em 1912 havia 160 alunos matriculados (CABRAL, 2010).

Em 1914 o instituto encerrou as atividades no Paricatuba, de acordo com o decreto do governador Jonathas Pedrosa, alegando que a escola não havia atendido às expectativas se comparada aos recursos investidos. Na visão de Mesquita (1999), a escola pretendia formar profissionais em várias frentes, capazes de atender as carências da cidade de Manaus nas áreas de formação, no entanto, os espaços inadequados, a falta de professores, administradores com qualificação insuficiente para o exercício da atividade e a desatualização das metodologias aplicadas nas oficinas, foi decisiva para os resultados desalentadores.

Entre 1890 e 1920, “[...] para dar conta dos pobres e desocupados que transitavam pela cidade, e que passam a incomodar, e até mesmo ameaçar a ordem com suas presenças [...]”, as estratégias usadas pelo poder público para a cidade de Manaus foram amplas: “[...] reclusão em ambientes afastados e fechados como penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospício e colônias agrícolas”, foram algumas delas (DIAS, 2007, p.121).

Em 1921, pelo decreto 1.426 de 29 de dezembro, o governo estadual transferiu à União o Serviço Sanitário, e assim foi instalado em Manaus o Serviço de Profilaxia Rural, chefiado por Samuel Uchôa. O médico Alfredo da Matta, Inspetor de Lepra e Doenças Venéreas, imediatamente intensificou o censo dos doentes de hanseníase, pois se percebia que eles aumentavam a cada dia (SOUZA-ARAÚJO, 1956).

De acordo com Dias (2007), o Hospital da Caridade, localizado na área central da cidade de Manaus, deveria ser substituído por outro em uma localidade mais afastada, um hospital-colônia havia sido proposto para a reclusão dos que sofriam de hanseníase.

[...] A fundação de asylo-colônia no Amazonas, em uma das suas ilhas, previamente estudada sob o ponto de vista da topographia e salubridade, uma <leprosaria flutuante> resolveria, em minha opinião, [...] tão delicado e gravíssimo problema de hygiene social no Amazonas [...], o problema do isolamento. (MATTA, 1916, p.79-81).

Dessa forma, de acordo com o Decreto 1.479 de 1º de julho de 1924, coube a Turiano Meira, presidente da Assembleia Legislativa e governador do Estado, ceder

Paricatuba ao Serviço de Saneamento Rural, a cargo da Comissão de Profilaxia Rural no Amazonas, para que nele fosse instalada “[...] uma leprosaria, de acordo com as indispensáveis condições higienicas nas suas adaptações e trabalhos de instalação”, de acordo com os relatos de Uchôa (CAVALCANTI, 1926, p.19).

Uchôa (1926) escreveu sobre o fato ao Inspetor da Lepra e das Doenças Venéreas, prestando informações sobre o local, tais como:

[...] fica a duas horas de lancha de Manaós, na margem oposta do Rio Negro, e possui uma grande predio, bastante deteriorado, campos de cultura, e uma pequena casa para residencia do administrador. Tambem possui algumas arvores fructíferas e está livre da acção das enchentes. [...] O predio, com uma grande área no centro, tem espaço suficiente para pharmacia, laboratorio, lavanderia e officina. (CAVALCANTI, 1926, p. 27).

O próprio Samuel Uchôa (1926), em sua administração frente ao Serviço de Saneamento Rural, esclarece que a entrega de Paricatuba ao Serviço ocorreu no final de janeiro de 1925, com a remoção dos presos para a penitenciária na cidade de Manaus, mas as obras no prédio iniciaram somente em fevereiro, embora poucos anos antes tivessem sido empregados dois mil contos de réis para recuperá-lo.

[...] O predio, de grandes proporções, desaparecia no matagal; era uma “capoeira”; a escadaria de desembarque desmoronou-se. O edificio inspirava piedade, as paredes aluíam á acção da chuva, que penetrava pela cobertura destelhada: as columnas de suporte ruíam; o assoalho não resistia á passagem de uma pessoa. [...] E uma nova Paricatuba surgiu dos escombros, tal qual existe hoje, em suas linhas harmoniosas, na disposição das casas, na abertura dos campos, no cuidado das plantações, - na esthetica geral do melhoramento. Foram construidos cinco predios novos e reparados tres, sendo que dois – o central e o da administração, estavam em ruínas. (CAVALCANTI, 1926, p. 39).

O Jornal *O Estado do Amazonas* apresentou uma matéria (de 07 de maio de 1925), durante a remodelação do Paricatuba, denominada *Excursão a Paricatuba*: a matéria apresentava uma visita proporcionada pela comitiva do governador do Estado Ephigênio de Salles ao embaixador Japonês e sua comitiva ao Paricatuba, tudo devidamente registrado pelo pioneiro do cine-documentário no Amazonas, Silvino Santos (CAVALCANTI, 1926).

Em 1^o de janeiro de 1926, Ephigênio Ferreira de Salles assumiu o governo do Estado e priorizou o problema da imigração, revertendo o Paricatuba novamente a uma hospedaria. Decidiu ainda construir um leprosário em outra localidade denominada Paredão, na margem esquerda, distante 9 km de Manaus³. O Paredão “[...] custou ao Estado 1.200

³ Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles à Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, 1929.

contos e foi abandonado antes de receber o primeiro doente!” (SOUZA-ARAÚJO, 1937, p.32).

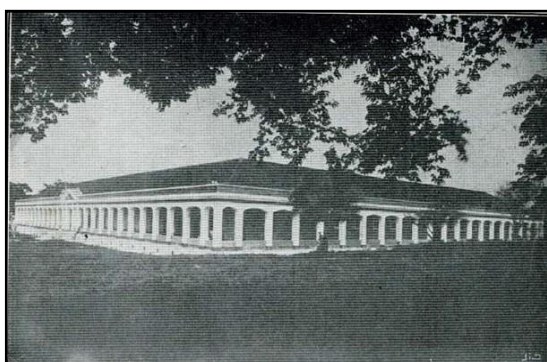
O Decreto 149 de 31 de dezembro de 1927 deu o nome do sanitarista, divulgador do saneamento rural brasileiro, ao leprosário: Vila Belisário Penna (SOUZA-ARAÚJO, 1956). Em 1929, Souza-Araujo (1937) esclareceu que as obras no prédio do Paredão, onde iria ficar o novo leprosário, haviam sido finalizadas. Mas o prédio foi condenado para esse fim e os doentes transferidos por ordem do governador Dorval Porto para o Paricatuba em 1^o de julho de 1930, a nova Vila Belisário Penna.

De acordo com Souza-Araujo (1933, p.184), o terreno pertencente ao leprosário no Paricatuba, além de vasto, era “[...] bonito, bem ventilado e salubre”. Havia a casa de máquinas que fazia a captação de água e onde ficava a usina de luz e força, a casa do médico e a farmácia. “[...] Moram ali, em casa anexa á uzina, os únicos dous empregados sadios do estabelecimento: o machinista e o foguista [...]”.

Na chamada “zona dos doentes”, havia Souza-Araujo (1933, p. 185):

1) Edifício central (Figuras 3 e 4) - uma grande construção quadrada de alvenaria, cercada de varandas, com piso cimentado, cobertura com telhas e no centro um grande pátio. O edifício abrigava: “[...] 10 salões dormitórios, com 280 doentes, uma sala de música, uma sala biblioteca-escola, um salão refeiteório geral, uma cozinha-geral (fogão a lenha e três cozinheiros leprosos inactivos), 1 refeiteorio para os empregados e 3 chuveiros e 3 latrinas em cada uma das quatro alas.”;

Figura 3 – Vista do prédio central



Fonte: Cavalcanti, 1926.

Figura 4 – Foto dos internos do Belisário Penna



Fonte: Souza-Araujo, 1933.

2) Pavilhão S. Lazaro (Figura 5) – sob os auspícios das Damas Protetoras do Leprosário, o pavilhão foi construído todo em madeira sobre pilastras de alvenaria, cercado de

varanda e coberto de telhas francesas. Havia 20 quartos, luz elétrica, mas sem água corrente nem instalações sanitárias. Schweickardt (2009) esclarece que a reforma no Paricatuba contou com o apoio fundamental da sociedade amazonense, por meio de doações e promoções, e que o próprio Samuel Uchôa liderou várias campanhas para arrecadar recursos. Cabral (2010) ratifica esta informação, afirmando que por intermédio da imprensa escrita, surgiu o grupo das Damas Protetoras do Leprosário, em 1923, com o objetivo de arrecadar fundos para a Vila Belisário Penna;

3) Casas em madeira (Figura 6) – 12 delas foram construídas em uma única fileira, à direita do edifício central, para os casais “leprosos”. As casas tinham água encanada, luz elétrica, fossa e terreno para horta e jardim;

4) Uma capela;

5) Uma sala para curativos junto à capela;

6) Uma lavanderia manual, atrás do edifício central, com dez tanques e água corrente.

Figura 5 – Pavilhão S. Lazaro



Fonte: Souza-Araujo, 1933.

Figura 6 – Casas construídas no Paricatuba



Fonte: Souza-Araujo, 1933.

De acordo com o Relatório de Inspeção de Souza-Araujo (1933, p. 185), no dia 21 de janeiro de 1933, “[...] havia 309 leprosos asylados, na maioria (90%) casos avançados e activos, dos quaes os mais graves (cerca de 50), estavam na enfermaria.” Havia ainda atendimento feito por dois enfermeiros, “doentes”, todas as manhãs. O médico não era residente e o diretor do Serviço Sanitário do Estado visitava o leprosário uma vez por semana. O regimento interno, segundo o mesmo relatório, era muito severo. “[...] Os doentes aparentam aspecto triste, infeliz, mas são disciplinados e trabalhadores. Nos arredores do estabelecimento têm eles grandes plantações. O terreno é todo fértil.” (p.186).

Na década de 1940, segundo Ribeiro (2011, p. 72), o governo de Estado decidiu transferir os doentes para outra área mais próxima da cidade de Manaus, “[...] esta localização satisfazia as autoridades e a população, pois não haveria mais a possibilidade de contaminar a cidade”.

De acordo com Guimarães (2012), os próprios moradores relataram que houve intensa depredação no prédio, o que incluiu a venda dos materiais utilizados para a construção, o corte no fornecimento de água e outros atos, sob o aval do governador da época. No entanto, há divergências de informações quanto à desativação da leprosaria de Paricatuba. Nas mensagens de governo o período é entre 1960 e 1965; nas informações da Missão Pistóia o asilo-colônia foi totalmente desativado em 1980 (CABRAL, 2010).

4 Resultados e discussões

Na década de 1980, a Missão Pistóia da Igreja Católica, constituída por missionários italianos, reconstruiu parte do prédio do Paricatuba e, em 1982, houve a formação da primeira associação na comunidade. Como não havia escola e a comunidade precisava de uma, então a Escola Santa Terezinha passou a funcionar no “casarão”, como é conhecido entre os moradores, sob a tutela do Estado. Somente em 1993 a Escola Municipal Cícero Monteiro iniciou suas atividades e a do “casarão” foi desativada.

Atualmente, a localidade de Paricatuba é uma comunidade que vive em torno das ruínas do prédio principal, que representa a memória desse período da história da hanseníase na região. Ainda é possível conversar com alguns desses antigos pacientes, que narram suas histórias dentro da instituição de isolamento. (SCHWEICKARDT; XEREZ, 2015, p.1151).

Um dos pesquisados relata como a Missão Pistóia chegou até o Paricatuba, ele foi um dos internos do hospital e viveu os momentos mais significativos do prédio até a formação

da comunidade: “[...] foi um dia de domingo que a gente estava reunida ali na beira, encostou o padre, quatro pessoas, aí ficaram conversando. Perguntaram qual era a necessidade da comunidade e aí a comunidade falou e começou”. (Entrevistado A). Nessa representação, aparece a figura da igreja como central responsável pela organização de muitas comunidades no rio Negro.

No início da formação da comunidade houve esforço e união para a “limpeza”, isto é, a retirada de toda vegetação rasteira, ou capinar a comunidade. No entendimento de um dos informantes foi necessária a ajuda de muitos para a formação da comunidade. A união de pessoas até mesmo de outras áreas, como do Tupé e de Manaus, foi fundamental para fortalecer o grupo e fundar a Vila. Outro elemento interessante é que eles se reuniam em mutirão: todos levavam um pouco de comida, trabalhavam voluntariamente e se confraternizavam fazendo uma refeição coletiva.

Ainda com relação à formação da comunidade, percebe-se outro grande esforço da coletividade que foi a abertura do ramal no início da década de 1990. Até então o acesso ao Paricatuba era apenas fluvial, um dos pesquisados relata que “[...] não tinha recreio, não tinha passagem nenhuma, para a gente ir para Manaus era a remo, de canoa, era uma noite remando”. (Entrevistado A).

Os moradores, cansados da situação que enfrentavam constantemente, após algumas discussões, reuniram-se para que outro acesso, por estrada, fosse viabilizado. “[...] Já morreu quem chamou a gente para fazer o serviço dessa estrada, foram umas vinte pessoas para abrir o ramal, um levava conserva, o outro levava outra. Essa estrada foi aberta no terçado, no machado. A gente voltava dez da noite” (Entrevistado A).

O relato do informante expressa mais uma vez a importância do mutirão nas relações sociais. Houve muito esforço, solidariedade e companheirismo de vinte moradores para abrir um ramal de dez quilômetros, sem máquinas, apenas com terçados e machados, comendo enlatados e trabalhando por horas para garantir um acesso alternativo à comunidade. Não houve apoio governamental para a execução da obra. A realização de mutirão é um forte traço da cultura cabocla, evoca o sentido de organização e mescla atividades produtivas, organizativas e de lazer. Como uma variação do trabalho coletivo, o mutirão auxilia no processo de organização política da área e é instrumento de gestão comunitária. (CHAVES, 2001).

Nas comunidades rurais, esse serviço para a coletividade é bastante utilizado e o

resultado do trabalho é para o usufruto de todos os membros. Esse foi o caso da abertura do ramal de acesso ao Paricatuba por estrada. Em agosto de 2013, no Paricatuba, houve um mutirão para a limpeza do casarão. Aqueles que não puderam comparecer contribuíram com lanches e materiais utilizados para a retirada dos resíduos das ruínas.

Mas, ainda que os mutirões aconteçam, a participação social nas atividades coletivas é conseguida com muita insistência. Para um sujeito da pesquisa, “[...] está faltando mais união da nossa comunidade” (Entrevistado B). A falta de “união” é mais uma vez citada como a falta de integração e mobilização na comunidade.

Nota-se que a mobilização das pessoas mudou bastante desde a formação da comunidade e que há um movimento de retorno ao passado sempre que se trata da “união” do grupo. Segundo os pesquisados, havia no “passado” maior interesse e união para os trabalhos coletivos, hoje o engajamento e o compromisso são mais difíceis de serem conseguidos. Chama a atenção o pesquisado afirmar que naquela época “eram pessoas analfabetas”, “que não tinham cultura”, ou seja, não tinham contato com a educação formal, porém precisavam de muito pouco para estimular a humanidade de sua união. Bauman (2003) entende que as perspectivas da humanidade parecem brilhar quando há segurança. Nesse contexto, isto parece acontecer quando há união.

Quando o sentido da homogeneidade, da *mesmidade* (BAUMAN, 2003) começa a evaporar, expresso na fala do pesquisado – “[...] não tem mais o cuidado, a cultura de zelar pelo que é seu” (Entrevistado C) -, as defesas da comunidade ficam abaladas. Em grande medida isso ocorre pelo advento da informática, com o grande fluxo de informação. “[...] O entendimento comum só pode ser uma *realização*, alcançada (se for) ao fim de longa e tortuosa argumentação e persuasão, e em competição com um número indefinido de outras potencialidades [...]”. (BAUMAN, 2003, p.19).

Outro elemento importante e que está presente nas representações é a hanseníase, chamada de “doença”. O participante do grupo focal expõe que as pessoas “doentes” vinham de Manaus para colaborar voluntariamente na comunidade. Sabe-se que esse deslocamento era para encontrar amigos e parentes que permaneceram no Paricatuba e resistiram em sair da comunidade. Muitos que haviam passado pelo asilo-colônia retornaram à localidade e se estabeleceram.

As lembranças dos parentes de internos do “casarão”, sujeitos da pesquisa, revelam: “[...] nós já fomos muito discriminados”. (Entrevistado C). Ainda que não tenham

tido hanseníase, somente o fato de morarem na Vila era motivo de serem estigmatizados. Segundo dois entrevistados, as pessoas se afastavam deles ao saberem que moravam na comunidade, e esse fato é relatado com certo descontentamento. Goffman (2012), ao tratar dos estigmas, ajuda a esclarecer que, neste caso, os pesquisados pareciam estranhos menos desejáveis, até mesmo pessoas más, perigosas ou fracas. A vergonha e, até mesmo a tristeza, foi percebida como uma possibilidade central na perspectiva deles. “[...] Quer estejamos em interação com pessoas íntimas ou com estranhos, acabaremos por descobrir que as marcas da sociedade ficam claramente impressas nesses contatos [...]. (GOFFMAN, 2012, p.63).

Um dos pesquisados revela ainda: “[...] os professores daqui todos eram doentes” (Entrevistado A). Nessa representação, por se tratar de um pesquisado que também foi interno, percebe-se que não se quer depreciar a imagem dos professores, mas considerá-los como iguais. O passado, conhecido por este pesquisado, forma sua identidade pessoal⁴ e daqueles que conviveram com ele. Não se percebeu a tentativa de esconder ou encobrir os fatos.

É necessário compreender que muitos chegaram ao Paricatuba quando crianças, onde buscaram assistência e foram acolhidos, ainda que fosse um lugar de controle dos grupos sociais. Estavam internados no asilo-colônia pessoas que a sociedade manauara não queria por perto ou próximas às suas vistas.

As memórias estigmatizadas e, até certo ponto, desvalorizadas do Paricatuba de antigamente, contrastam com o “lugar” que nenhum dos entrevistados quer deixar. Os participantes do grupo focal foram unânimes em afirmar que não desejam sair da Vila, sacudindo a cabeça negativamente e dizendo “eu não”.

[...] Eu estou há 9 anos aqui na comunidade do Paricatuba, estou gostando daqui porque eu gosto de silêncio, aqui é calmo. Eu morava lá em Manaus e era muito agitado. Eu fui assaltada em casa, por isso que eu vim para cá porque eu não queria mais ficar em casa, eu tinha pavor mesmo. Meu marido passava o dia fora e eu ficava sozinha em casa, eu ficava o tempo todo com aquele medo. Ai eu fiz a cabeça dele para vir para cá e graças a Deus a gente está se dando bem aqui. (Entrevistado D).

As representações dos participantes do grupo focal fazem referência ao Paricatuba como um lugar ideal para se levar uma vida tranquila, que oferece a sensação de segurança.

⁴ A ideia de identidade pessoal defendida aqui é a que explica que existe uma combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio de outros apoios para a sua identidade. (GOFFMAN, 2012).

Bauman (2003, p.129) afirma que “[...] sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz [...]”.

Outro pesquisado disse não querer deixar a Vila, ele está fortemente ligado à comunidade em face de suas vivências anteriores, desde a sua infância: “[...] eu moro a vida toda”. (Entrevistado B). “Paricatuba tornou-se para muitos sujeitos da pesquisa um lugar de afetividade, construído sob a égide de uma história de vida [...]”, marcada pela hanseníase, seja na família ou nos amigos (SIMONETTI ET *et al.*, 2018, p. 76).

As representações sobre a Vila seriam o oposto do que representa a cidade de Manaus, evidenciada como barulhenta, agitada e violenta. A cidade representaria o medo da violência, Paricatuba seria lugar “pacato”, “calmo” e silencioso, onde não há violência.

Em outro fragmento, o pesquisado expõe que o turismo seria uma possibilidade de investimento, mas há outras preocupações que chegam com os visitantes: “[...] por ser uma Vila pacata, chegam aqui, jogam lixo onde eles querem. Eram pessoas para ter uma cultura, só que acultura deles é negativa”. (Entrevistado C).

Um dos moradores afirmou: “[...] eu estou vivo morando no paraíso”. (Entrevistado E). Sua fala surgiu em meio a uma conversa que revelava a beleza do seu quintal: a vista do lago e da floresta da porta da casa do pesquisado. Para esse sujeito da pesquisa que, desde os quatorze anos de idade foi para a Vila se tratar de hanseníase e vive no Paricatuba até hoje, aquela paisagem é parte de sua história de vida, de suas lembranças, mostra-se envolvido inconscientemente com o ambiente e engendra afeição em sua relação com o lugar em que está inserido.

Tuan (1983) garante que as experiências pelas quais os indivíduos passam se revelam como um componente importante na formação de seu sentimento de pertencimento, de afeição e apego ao lugar. Dependendo de sua relação com o ambiente, há sentimentos enraizados que a qualquer momento podem vir à tona, como ocorreu nas conversas formais e informais com os sujeitos da pesquisa.

A Vila de Paricatuba, um espaço socialmente construído, foi gradativamente transformando-se em lugar para os sujeitos da pesquisa, os quais demonstram uma elevada carga de afetividade, ainda que enfrentem dificuldades de deslocamento, emprego e com a ausência de infraestrutura básica e de serviços. Essa afirmação corrobora com a fala que segue: “[...] a nossa comunidade não é uma simples comunidade, é uma comunidade famosa, falada”. (Entrevistado F). Essa jovem de dezenove anos ancorou suas representações sociais a

um espaço onde são produzidas interações e comunicações diariamente. Ela demonstra certo orgulho do lugar por afirmar não ser “uma simples comunidade”; reconhece que vive em uma coletividade ao utilizar o vocábulo “nossa”; e reconhece também que há uma vinculação com o turismo quando afirma que se trata de uma “comunidade famosa, falada”, ou seja, muitos a conhecem ou deveriam conhecer.

Sob o olhar de uma jovem pesquisada, a Vila, que é seu lugar de nascimento, precisa oferecer melhores condições de vida: “[...] eu quero ver melhoria na minha comunidade, no meu Paricatuba. Eu digo que é meu porque eu já estou aqui há 19 anos morando aqui. Tem muito potencial, existe turismo aqui, mas a gente não sabe por em prática, a gente não sabe usufruir do que nós temos aqui”. (Entrevistada F). O sentimento de pertencimento está presente neste relato, há uma apropriação do lugar quando utiliza o vocábulo “meu” Paricatuba. A pesquisada também reconhece o “potencial” turístico da Vila, mas dialeticamente certa incapacidade por não saber utilizá-lo, explorá-lo.

O estudo de Silva (2008) aponta que a partir de 1990 Paricatuba foi incluída nos roteiros turísticos de agências de viagens e hotéis dos arredores. Os visitantes buscam conhecer, principalmente, o prédio, a história da localidade e a praia na margem do rio Negro. Atualmente, o prédio, em ruínas (Figuras 7 e 8), encontra-se abandonado. Tomado pela vegetação e resíduos sólidos, ele é tombado como patrimônio histórico e como área de preservação ecológica de acordo com a Lei Orgânica da Câmara Municipal de Iranduba (Capítulos VI e VII) de 2010, e ainda como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Amazonas em 2015.

Figura 7 – Ruínas do edifício



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Figura 8 – Parte interna do edifício



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Um dos pesquisados afirmou que ‘o principal é o prédio’, ‘quando não tem praia eles [os visitantes] se encaminham direto para o prédio’. As representações desses sujeitos sugerem um retorno ao passado. Os atrativos citados na Vila estão

fortemente ligados às vivências anteriores, apontando para um ‘lugar’ de pertencimento, dotado de uma história de vida que se forjou com base em uma teia de relações e identidades. O ‘prédio’ e a ‘história’ são citados frequentemente, eles fazem referência ao passado da comunidade, e os moradores entendem que é necessário que todos conheçam. (SIMONETTI *et al.*, 2016, p. 192-193).

O Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), afirma que a Constituição de 1988 reconheceu que o patrimônio imaterial seria transmitido pelo conhecimento inter e intrageracional, “[...] constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” E a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."

O que os moradores consideram como atrativos para a comunidade estão relacionados ao prédio e as histórias que fazem parte desse contexto cultural. Até mesmo elementos como o “sumidouro” alimentam o imaginário dos participantes e são compartilhadas por muitos. Segundo eles, tratava-se de um espaço onde os doentes graves ou aqueles que eram castigados por algum motivo, na época do asilo-colônia, eram postos. Os participantes afirmaram que essas são algumas das “lendas” do prédio e não há como provar ou comprovar as histórias.

As representações sobre a visitação/turismo na comunidade estão ancoradas em dois eixos: o passado e o presente. Esse fragmento de um relato (Entrevistado B) expressa o duplo entendimento do turismo:

[...] Na realidade, o povo que vinha em uma época passada, eram uns turistas mais de qualidade, hoje tem mais número de pessoas e menos qualidade. Porque quando existia o chapéu de palha e a associação, vinha um grupo de turistas, eles paravam nos chapéus de palha, às vezes eles convocavam, convidavam a comunidade, parte da comunidade para ouvir a palestra deles, depois contribuía, entrava, faziam os filmes necessários, o que eles queriam fazer, o roteiro deles, depois agradeciam e iam embora. Existia um respeito deles procurarem a comunidade, alguém da comunidade, hoje não. Hoje vem micro-ônibus, vem barco, entra e não dá nem bom dia.

É possível afirmar que, “[...] os pesquisados se mostram invadidos pelas mudanças que a comunidade vem sofrendo com a presença do turismo – ‘mais pessoas, menos qualidade’ - e pela perda do poder que existia em seu espaço.” (SIMONETTI *et al.*, Revista Turismo & Cidades · São Luís · v. 1, n. 1, p. 85-106, jan./jun. 2019.

2016, p. 193). O controle da visitação se mostra significativo para os moradores, isso implica que eles teriam maior conhecimento sobre as atividades e objetivos dos visitantes. É possível inferir que a presença dos visitantes representa incômodo aos moradores.

As representações são compartilhadas, um dos pesquisados se expressou assim quanto a essa situação: “[...] existe essa falta de respeito, tem coisas que acontecem aqui e não avisam. Chegam, eu vou fazer e acabou-se”. (Entrevistado G). Nota-se irritação e unanimidade quando esse assunto é tratado, pois as representações estão ancoradas em um uso do espaço que incomoda e que, sequer, deixa algum benefício à comunidade. Esse mesmo pesquisado afirma que o visitante tem uma “cultura negativa” por deixar “lixo” na comunidade.

As ruínas do prédio são usadas para diversos fins. Segundo um dos pesquisados, não há como saber a quantidade de visitantes, “[...] é um número variável: um dia todo que eu estava aí vieram 80 visitantes durante o dia todo”. (Entrevistado B). Há as agências de viagens que levam os visitantes com interesse cultural nas ruínas, outros chegam em seus carros com amigos e parentes para conhecer a Vila: “[...] a maioria vem de agências de viagem, encosta aqui na beira, sobe. Muitos vem de carro mesmo, encostam aqui”. (Entrevistado B). Mas um dos usos mais frequentes é para filmar, fazer clips, fotografar noivos e noivas para o álbum de casamento tendo como cenário as ruínas: “aí eles fazem filme, clip, tiram foto, fazem casamento”. (Entrevistado C).

Nessa perspectiva, o turismo pode incrementar a renda de muitos moradores, mas é necessário “conservar o meio ambiente e o prédio” (Entrevistado C). Essa representação relaciona o ambiente natural e o construído e defende que a manutenção de ambos é uma garantia de um futuro mais promissor para a geração atual e para as próximas gerações. Isto é, as representações sociais do patrimônio natural e cultural, elementos da vida cotidiana da comunidade, surgem ancoradas nas ideias de sustentabilidade como uma possibilidade de exploração econômica pelo turismo.

Para Murta (2009), há uma série de desafios institucionais que precisam ser enfrentados para que o turismo histórico-cultural, por exemplo, seja desenvolvido de forma responsável e sustentável: é necessário planejar e fazer a gestão do patrimônio, integrar as políticas de cultura e educação e possibilitar pesquisas que identifiquem o perfil dos visitantes.

No entanto, para os moradores, há uma grande diferença entre as ações do poder público e as necessidades reais da Vila. A “recuperação do prédio” é percebida como muito importante a ponto de tornar-se uma “referência” para outras comunidades. Os pesquisados valorizam a história que forja a identidade da Vila e se mostraram preocupados em manter suas raízes. A restauração do prédio seria uma alternativa para utilizá-lo na educação patrimonial, unindo “história” e “educação”, ou como um “museu”, como sugere um dos pesquisados.

5 Considerações finais

A história da Vila de Paricatuba é marcada pela construção de um prédio, hoje em ruínas, transformado em patrimônio imaterial, que abrigou estudantes, presidiários e doentes com hanseníase. Devido à existência do antigo leprosário, as representações são afetadas por estigmas, um atributo depreciativo, nesse caso. No entanto, os sujeitos valorizam o passado e desejam ver o prédio em ruínas transformado em algo diferente do que foi no passado. Ao tentar pensar em outra finalidade ao prédio, os pesquisados reafirmam uma nova identidade e buscam superar o estigma a partir da restauração do mesmo.

Ao que parece, há muita imposição do que é melhor para o planejamento governamental. Porém, os governantes devem abdicar dos seus projetos individuais, superar suas vaidades e buscar um projeto coletivo priorizando o diálogo (CRUZ, 2005).

Os moradores da Vila de Paricatuba valorizam o turismo que acontecia no passado, sentiam-se mais envolvidos e com maior poder para controlar as visitas no espaço comunitário. No presente, há dificuldade de se trabalhar coletivamente e permanecem céticos quanto às possibilidades do turismo. Os sujeitos entendem que o turismo não beneficia a comunidade e está desorganizado. De forma geral, as palavras mais usuais relacionadas às visitas na Vila são: desrespeito, invasão e estranhamento.

Em termos de recomendação, é de suma importância apoiar no Paricatuba projetos que se comprometam em fazer um resgate histórico e cultural do prédio Belisário Penna, com vistas a beneficiar a comunidade por meio da visitação. A tese de Guimarães (2012) apresentou um exemplo de um plano preliminar para a interpretação do patrimônio arqueológico local, e certamente todos poderiam ser beneficiários caso o plano saísse do papel.

Referências

APOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CABRAL, A.B.B. **De lazareto à leprosário**: políticas de combate à lepra em Manaus (1921-1942). 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

CAVALCANTI, C. **A leprosaria de Paricatuba**. Manaus: Typ. Palacio Real, 1926.

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CONCEIÇÃO, R. S. da. **A percepção ambiental em Iranduba-AM**: uma análise integrada. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM)**: caracterização e análise crítica. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRUZ, R. de C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005

DIAS, E.M. **A ilusão do fausto – Manaus 1890-1920**. 2. ed. Manaus: Ed. Valer, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUIMARÃES, A. M. **Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico do município de Iranduba, Amazonas**. 2012. 273 f. Tese (Doutorado em Arqueologia e Etnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LEITÃO, L.F. **Ecoturismo e sustentabilidade social como um desafio para a Amazônia**: um estudo de caso em Iranduba, AM. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

LIMA, H. P. **História das Caretas**: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central. 2009. 424 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. v. 1.

MACHADO, J. S. **Montículos artificiais na Amazônia central**: um estudo de caso do sítio Hatahara. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MESQUITA, O. **Manaus**: história e arquitetura -1852-1910. Manaus: Editora Valer, 1999.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MURTA, S. M. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. *In*: CAMARGO, P. de.; CRUZ, G. da (org.). **Turismo cultural**: estratégias, sustentabilidades e tendências. Ilheus: Editus, 2009.

PESSOA, A.B. **Infância e trabalho**: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

RIBEIRO, M. de N. de S. **De leprosário a bairro**: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antonio Aleixo (Manaus-AM) 2011. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROCHA-POMBO, J. F. da. **Notas de viagem**. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila Editor, 1910.

SCHWEICKARDT, J. C.; XEREZ, L. M. de. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1141-1156, out./dez. 2015.

SCHWEICKARDT, J. C. **Ciência, nação e região**: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930). 2009. 425 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, G. T. da. **Percepções sócio-espaciais e de turismo em Paricatuba-Iranduba-Amazonas**. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

SIMONETTI, S.R.; NASCIMENTO, E.P. do.; CHAVES, M. do P.S.R. Representações Sociais e turismo comunitário: um estudo em comunidades de áreas protegidas no Amazonas. *In*: NASCIMENTO, E.P. do; COSTA, H.A. (org.) **Turismo e sustentabilidade**: verso e reverso. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SIMONETTI, S.R. **Turismo no Rio Negro**: pelos caminhos das representações sociais dos comunitários do Lago do Acajatuba e da Vila de Paricatuba (Iranduba-AM). 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. de. **História da lepra no Brasil**: período republicano (1890-1952). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Departamento de Imprensa Nacional, 1956. v. 3.

SOUZA-ARAÚJO, H.C. de. **A lepra e as organizações anti-leprosas do Brasil em 1937**. Rio de Janeiro: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 1937.

SOUZA-ARAÚJO, H.C. de. Contribuição à epidemiologia e prophylaxia da lepra no Norte do Brasil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set. 1933.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.